

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Por entre silêncios e diálogos: memórias e experiências de (re)existência aos racismos

*Elison Antonio Paim **

Esta comunicação expressa reflexões iniciais de projeto de pesquisa *Por Entre Silêncios e Diálogos: memórias e experiências de (re)existência aos racismos em escolas de Paulo Lopes, Imbituba e Garopaba – SC* financiado na modalidade bolsa produtividade do CNPq sob o protocolo Bolsista Produtividade CNPq, chamada PQ – 2020.

Este projeto visa identificar as dificuldades/facilidades enfrentadas por docentes de História e estudantes no tocante aos silenciamentos ou problematização de situações de racismo vividas em três escolas que são muito próximas umas das outras, embora de municípios diferentes elas atendem estudantes oriundos de comunidades quilombolas, a saber: Escola de Educação Básica José Rodrigues Lopes (atende estudantes da comunidade quilombola Morro do Fortunato – Garopaba/SC), Escola de Educação Básica Visconde do Rio Branco (atende estudantes da comunidade quilombola Aldeia – Imbituba/SC) e Escola de Educação Básica Frederico Santos (atende estudantes da comunidade quilombola Toca/Santa Cruz – Paulo Lopes/SC, para efetivar práticas pedagógicas voltadas à Educação Para Relações Étnico-Raciais.

Buscamos analisar a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais - DCNERER (BRASIL, 2014) nestas instituições de ensino, que atendem crianças, adolescentes e jovens de comunidades quilombolas. A escolha destas instituições ocorreu em virtude do conhecimento de algumas experiências e narrativas sobre elas e as relações com os estudantes originários dos quilombos referidos a partir de relatos de um orientando no Profshistória- UFSC, o Prof. Ms. Odair Souza desenvolveu a dissertação “A educação para as relações étnicorraciais no ensino de

* Professor permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profshistória-UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e da Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Produtividade CNPq processo 314583/2020-3, chamada PQ – 2020. Pós-doutor pelo Instituto Superior de Ciências da Educação - Huíla (ISCED) em Angola. Doutor em Educação pela Unicamp e Mestre em História pela PUC-SP. Membro dos grupos de pesquisa Pameduc (UFSC), Rastros (USF) e Kairós (UNICAMP). E-mail: elison0406@gmail.com

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

história: memórias e experiências de professoras da educação básica” a partir de narrativas orais de professoras e professores de escolas de Garopaba. Durante os 16 anos em que lecionou a disciplina de História para o Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio como efetivo na Escola de Educação Básica Frederico Santos, o professor experienciou situações explícitas de racismo tais como o ocorrido em 2019, quando lecionava para turmas do oitavo ano e propôs uma visita à comunidade Toca de Santa Cruz. Referindo-se a essa visita, uma estudante sugeriu que os aparelhos celular e bolsas, fossem deixados na sala numa insinuação preconceituosa de que sofreriam a ação de ladrões pelo fato de estarem em uma comunidade quilombola.

Pelo relato acima e outros percebe-se que esta e as outras escolas não dispõem de “repertórios capazes de viabilizar, de modo afirmativo, todas as raças e etnias possíveis, dentre os quais a negra/afrodescendente.” (RAMOS, 2014, p. 18) e, assim, não oferecem uma ambiência racial, um lugar de valorização e respeito à diversidade que estimule uma profícua convivência em coletividade. A representação da humanidade nestas instituições atendem a uma padronização hegemônica: branca, eurocentrada, heteronormativa, patriarcal, urbanizada, judaico-cristã, capitalista. Uma episteme colonizada e colonizadora, promotora do status quo e portanto, reprodutora de injustiças e desigualdades raciais. Assim, as escolas são atravessadas pelo racismo institucional que forja a hegemonia de uma identidade étnico-racial única em detrimento de matrizes raciais africanas e indígenas pautada na lógica perversa da discriminação racial como fundamento para políticas de exclusão e de cerceamento das oportunidades de povos subalternizados (ALMEIDA, 2018).

No que diz respeito as instituições de ensino (IE), é importante apresentar algumas considerações de pesquisas que já investigaram as relações étnico-raciais na Escola de Educação Básica Frederico Santos. Neste sentido, a dissertação em Educação de Gisely Pereira Botega (2006, p. 10) traz elementos para contextualizar os vínculos que a comunidade escolar estabelece com os estudantes quilombolas. Ao longo de dois anos de convivência na escola, desenvolvendo estágio e pesquisa acadêmica com as séries iniciais, a autora considerou que foram “[...] diversas situações de discriminação,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

preconceito e racismo expressadas entre as crianças nas brincadeiras, nos jogos, nos momentos em sala de aula e nos intervalos”.

Por isso, Botega (2006, p. 10) aponta para “[...] a urgência com que a desconstrução de estereótipos étnicos raciais” precisa se desenvolver nesta instituição, cujo perfil racial de educadores/as é predominante branco, e ainda mais quando “ser negro e morar na Toca” significa “viver num ‘lugar sujo’, ‘feio’ e ‘fedido’”¹. Além disso, atrelada às essas discriminações, a pesquisadora identificou a noção de igualdade em discursos institucionais de modo a apagar as diferenças sócio-culturais em detrimento de discriminações que compõem a sociedade brasileira. Relacionado a este último, a pesquisadora destacou o papel da família e da comunidade na transmissão de valores cotidianos, permanecendo no processo formativo o desafio “[...] de como construir estratégias de aproximação e interlocução entre estes diferentes contextos” (BOTEGA, 2006, p. 36).

Guilherme de Araujo Silva (2017) desenvolveu a dissertação “O silêncio que me toca: efeitos de sentido, silenciamento e constituição do sujeito da Toca”. Na qual, analisa o movimento de deslocamento de sentido do nome afirmado pelos moradores (Toca), para o nome Santa Cruz, um processo de (re)nomeação/apagamento que é simultâneo a um outro processo de silenciamento dos sujeitos negros daquela comunidade. A análise considera o apagamento/silenciamento de uma forma-sujeito, própria do discurso de oralidade, na qual se inscrevem os sujeitos, descendentes dos negros escravizados da região.

Nathália Dothling Reis (2018) na dissertação “O cuidado como potência: entre o público e o privado e as lideranças de mulheres nas Comunidades Remanescentes de Quilombo Aldeia e Toca de Santa Cruz” aborda mulheres líderes em comunidades quilombolas nas comunidades Aldeia de Imbituba/SC e Toca de Santa Cruz em Paulo Lopes/SC.

Destaca-se ainda a tese “Mulheres de um quilombo e seus processos de socialização com as crianças” desenvolvida por Gisely Pereira Botega (2017) na qual buscou visibilizar os moradores do Quilombo Toca de Santa Cruz. Evidencia práticas

¹ Expressões usadas por estudantes durante os momentos de observação e convivência realizados pela pesquisadora.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

transversalizadas pela oralidade, tradição, ancestralidade, memória, relações de gênero, feminilidade, raça, pertencimento, movimentos da diáspora, da inventividade e de modos de resistências. Enfim, procurou potencializar a vida e os processos de resistências à opressão, as violências, ao branqueamento, ao racismo, a discriminação e a invisibilidade.

Também nesta conjuntura, a implementação das DCNERER busca responder um projeto de sociedade em debate e disputa que, acima de tudo, entende a educação formal como espaço privilegiado para pensar a formação de uma sociedade antirracista, democrática e equânime. Em nível regional, para atender as reivindicações pautadas no Plano Estadual de Educação, a Secretaria Estadual de Educação iniciou uma série de ações com o intuito de capacitar professores/as para a implementação das DCNERER nas escolas e publicou o caderno especial de modo impresso e online o “Caderno Pedagógico Educação e Diversidade” (2016), o caderno especial “Política de Educação para as Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana” (2018), e recentemente o “Currículo Base do Território Catarinense da Educação Infantil e do Ensino Fundamental” (2019) em que há um capítulo dedicado à Educação das Relações Étnico-raciais.

Apesar do amparo legal, pesquisas acadêmicas como as desenvolvidas por Douglas Verrangia Corrêa da Silva (2009), Joana Passos (2010), Nilma Gomes (2012), Kabengele Munanga (2005), Eliane Cavalleiro (2001), todas dedicadas à temática da educação escolar para as relações étnico-raciais indicam que as orientações em nível nacional e regional, assim como ações promovidas pelos governos locais, não têm sido suficientes para atender às exigências reivindicadas pelas legislações que versam sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais positivas.

Diante dessa demanda, faz-se urgente a orientação para o planejamento de ações que priorizem a equidade racial na comunidade escolar, pautadas em diagnósticos coletivos sobre a realidade na qual o debate se estabelece. Portanto, ao propor análise das DCNERER no currículo, no Projeto Político Pedagógico da escola e nas práticas pedagógicas dos/as docentes é de suma importância considerar como os/as participantes vivem as relações étnico-raciais? E, em que medida, essas relações importam para ele/as?

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Pesquisas dedicadas aos impactos da legislação no universo escolar (PEREIRA, 2008; 2011) apontam entre o conjunto de dificuldades encontradas por professores/as: despreparo para abordar a temática, pois não estava presente na sua formação inicial e nem prevista na prática profissional até recentemente; a carência de livros didáticos e paradidáticos com essa temática e mesmo preconceito, por familiares que se posicionaram contrários à introdução de temas referentes à cultura e à história africana e afro-brasileira.

Mudanças nas políticas e práticas educativas podem ser apontadas desde a vigência dessa legislação, cujo contexto está associado à produção pelo Estado brasileiro de ações afirmativas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória (BRASIL, 2014; ROCHA, 2006), tais como o esforço das Universidades e Secretarias de Educação Estaduais e Municipais na promoção de cursos, palestras, eventos para formação continuada de professores/as; a inclusão da História e Cultura de África e da História Indígena nos currículos dos cursos de graduação em História; produção de livros acadêmicos e paradidáticos voltados aos temas exigidos pela legislação; obrigatoriedade via Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) da inclusão da História Indígena, Africana e Afro-brasileira nos livros didáticos.

Para além das dificuldades mencionadas, neste projeto levantamos o desafio de pensar a DCNERER na dimensão do acolhimento, na práxis pedagógica, na vida e na efetivação do ensino-aprendizado dentro dessa conjuntura. Essa agenda da política educacional produziu inúmeros desafios, dentre os quais não perder a sensibilidade e tensão entre desumanização/humanização presente no debate sobre o tema.

Também é relevante o quanto a história e sociologia da população brasileira é marcada majoritariamente por três grupos étnicos: o branco (populações europeias), o indígenas (população nativa) e os negros (etnias africanas). Esse modo de entender a gênese da população brasileira corresponde, de maneira geral, à tendência em voga do multiculturalismo, característico da década de 1990 na América Latina – mas que no caso do Brasil também encontra fundamentos na tese da democracia racial.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Durante mais de quatro séculos as populações negras lutaram e continuam lutando contra toda a forma de opressão e violência. Uma das formas de luta no Brasil, sobretudo no período pós redemocratização foi a pressão dos movimentos sociais negros sobre os parlamentares no Congresso Nacional para a aprovação de leis que garantissem a inclusão das Histórias e das culturas afro-brasileiras na Educação Básica.

Assim, após forte pressão dos movimentos sociais negros, os parlamentares brasileiros inseriram na constituição (BRASIL, 1988) os primeiros artigos que tratavam desse tema e dessa demanda reivindicada por esses movimentos. Este preceito consitucional foi reforçado e reescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Porém a LDB não foi o suficiente para garantir que promovessem efetivamente uma prática educativa estruturante nos sistemas de ensino e dos professores ao abordar a história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula.

Este princípio deve conduzir: - à igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos; - à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;- ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira; - à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados; - à desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, idéias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos; - à busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas; - ao diálogo, via fundamental para entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns, visando a uma sociedade justa.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O princípio deve orientar para: - o desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida; - o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas; - os esclarecimentos a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal; - o combate à privação e violação de direitos; - a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais; - as excelentes condições de formação e de instrução que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os estabelecimentos, inclusive os localizados nas chamadas periferias urbanas e nas zonas rurais ou naquelas urbanas que recebem estudantes oriundos do meio rural/quilombola como é o caso que propomos pesquisar.

O princípio encaminha para: - a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com as experiências e memórias dos estudantes e professores, valorizando práticas e aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade; - a crítica pelos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores, das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las; - condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças; - valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura; - educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo; - o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico-raciais, às alianças sociais; - participação de grupos do Movimento Negro, e de grupos culturais negros, bem como as comunidades em que se inserem as escolas, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Estas demandas tomaram corpo com maiores direcionamentos e encaminhamentos a partir da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER). A Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que tornou “obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003) nas escolas de Educação Básica foi complementada pela publicação do documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” (BRASIL, 2003) em outubro do mesmo ano, que apontava determinados conteúdos e diretrizes para “combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender a reeducação das relações étnico-raciais” (BRASIL, CNE/CP, 03, p. 6), preconizando os programas de ações afirmativas como uma política pública do Estado brasileiro. Em 2008, a Lei 11.645 complementa essas novas diretrizes curriculares com a inclusão da obrigatoriedade do ensino de história indígena. Objetivou-se, com isso, alterar o caráter eurocêntrico e excludente da educação escolar e que marcou de sobremaneira a constituição e a consolidação da História como disciplina escolar, incorporando as diferenças culturais nos currículos escolares.

Mesmo antes de aprovado o Plano estadual de Educação a secretaria estadual de educação já demonstrava uma preocupação com a atualização de sua Proposta Curricular para atender novas demandas oriundas dos movimentos sociais, especificamente negros, como o tema da diversidade em seus documentos curriculares. Neste sentido, foi publicada em 2014 a Proposta Curricular de Santa Catarina – formação integral na educação básica – que tem como um de seus princípios a preocupação com a inclusão da diversidade em todas as etapas da educação básica.

Diante do exposto acima no tocante: as situações explícitas de racismo vividas nas escolas em foco; nas ainda incipientes ações para implementações das leis e cumprimento das diretrizes para uma educação anti-racista; do pequeno número de pesquisas realizadas diretamente em escolas que atendem estudantes de origem quilombola, dentre inúmeras outras situações é que propomos investigar as práticas de silenciamento ou

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

problematização sobre memórias e experiências de racismo vividas nas escolas elencadas e como os estudantes e professores (re)existem ao experienciado cotidianamente.

Considerando esse contexto, nossos questionamentos referem-se a como as questões da história e cultura de africana e afrobrasileira estão presentes nas salas de aulas? O que as propostas oficiais apresentam como definições e como sugerem ou não o trabalho com culturas e história africana e afrobrasileiras? O que, como e quando são trabalhadas? São trabalhadas na forma de temáticas, projetos próprios ou na forma de complementos a determinados temas de História Geral ou do Brasil? Quais experiências estes professores já desenvolveram sobre as temáticas? Quais as necessidades destes professores para aperfeiçoar suas aulas quanto às temáticas propostas? Que tipo de atividades envolvem os estudantes nos diferentes temas relativos culturas e história africana e afrobrasileiras? Como a universidade pode contribuir para a efetivação de práticas escolares que deem ênfase a história e cultura africana e afrobrasileira? Quais as experiências de racismo e discriminação os estudantes experimentaram durante os diferentes momentos de convivência nas escolas? Como os estudantes (re) existência diante de silenciamentos ou problematização de situações de racismo? Como os estudantes expressam ou não seus saberes ancestrais durante as atividades na escola? Os estudantes sofrem situações de racismo por parte de professores, gestores escolares e outros estudantes? Quais ações/atvidades as escolas desenvolvem no sentido de construção de práticas escolares e de convivência anti-racistas? Quais as relações da escola enquanto instituição com as comunidades quilombolas? Como os/as participantes se relacionam com as relações étnicos raciais? E, em que medida, essas relações importam para ele/as?

Na busca por ferramentas teóricas e metodológicas é que apresentamos na sequência alguns estudos já realizados no tocante as temáticas inicialmente previstas para este projeto. Trazemos como temas/conceitos que atravessarão o projeto pequenos textos sobre algumas de suas temáticas como relações étnico-raciais; ensino de história e culturas africanas e afrobrasileiras; memórias; experiências

Este é um estudo de natureza qualitativa, desenvolvida principalmente pelo emprego da análise documental e entrevistas orais, conforme os procedimentos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apropriados no tratamento destes tipos de fontes. As observações a serem feitas e as narrativas do vivido permitirão, como lembra Thompson (2002), a auscultar os silêncios, bem como as vozes dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Trabalhamos concomitantemente em diferentes frentes para a coleta das informações documentos e entrevistas. Uma delas é com os documentos e Políticas Públicas de Educação que expressem orientações para o trabalho com as temáticas das culturas africanas e afrobrasileiras, as Propostas curriculares para as Redes Públicas Estaduais de Ensino, as Propostas Curriculares para as redes municipais de Ensino de Imbituba, Garopaba e Paulo Lopes, os Projetos Pedagógicos das Escolas, os Planos de Ensino dos Professores. Assim que as condições (em tempos de pandemia) permitirem entrevistaremos professores das escolas foco da pesquisa. Inicialmente professores de História e outros professores que também trabalhem com educação para a Educação étnicorracial e na sequência outros professores que manifestem não disposição para o trabalho com tais temáticas. Os estudantes a ser entrevistados serão sorteados dois representantes de cada turma divididos entre moradores e não moradores das terras quilombolas da Toca/Santa Cruz, Aldeia e Morro do Fortunato.

Todas as narrativas orais serão gravadas, transcritas e textualizadas. Posteriormente, faremos a categorização no confronto com outras fontes, referencial teórico e produções já existentes e, finalmente, a produção dos relatórios de pesquisa e organização de publicações.

Todas as informações, sejam elas provenientes de análise documental ou de depoimentos, serão coletadas e tratadas numa perspectiva qualitativa conforme os procedimentos específicos para cada tipo de fonte.

As narrativas não serão quantificadas, já que se parte do princípio que memórias são únicas e, portanto, cada narrador terá sua forma própria de recordar. Entretanto, como não pode ser coletado um número infinito de narrações, pretende-se coletar o suficiente para possibilitar a realização de cruzamentos, comparações, análises para a tessitura de narrativas. Como o número de professores de História em cada escola tende a ser baixo pretendemos nos aproximar da totalidade destes entrevistados.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Neste momento inicial da pesquisa estamos trabalhando no levantamento de trabalhos acadêmicos que abordem populações quilombolas e suas relações com as escolas. E, também os documentos oficiais da rede pública estadual de Santa Catarina e dos municípios de Imbituba, Paulo Lopes e Garopaba. Estamos buscando como estes documentos explicitam o que e como devem ser trabalhadas as temáticas étnicoraciais nas escolas, especialmente as definidas como locais da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte(MG), Letramento, 2018.

BOTEGA, Gisely Pereira. **Relações Raciais nos contextos educativos: implicações na constituição do autoconceito das crianças negras moradoras da comunidade de Santa Cruz do Município de Paulo Lopes/SC.** Mestrado em Educação. UFSC, 2006.

BOTEGA, Gisely Pereira. **Mulheres de um quilombo e seus processos de socialização com as crianças.** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis. 2017.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%20E7ao.htm> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,** 2004. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Diretrizes+curriculares+nacional+para+a+educa%C3%A7%C3%A3o+das+rela%C3%A7%C3%B5es+%C3%A9tnico-raciais+e+para+o+ensino+de+hist%C3%B3ria+e+cultura+afro-brasileira+e+africana/f66ce7ca-e0c8-4dbd-8df3-4c2783f06386?version=1.2>> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

BRASIL, **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003,** 2003. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

BRASIL, **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BRASIL, **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1852-diretrizes-curriculares-pdf&category_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

CAVALLEIRO, E. (org), **Racismo e Anti-Racismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. 2.ed. MEC/Secad, 2005.

PASSOS, Joana Célia dos. As Relações Étnico-Raciais nas Licenciaturas: o que dizem os currículos anunciados. **Poiésis** – Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Educação – Mestrado – Universidade Do Sul De Santa Catarina, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Desktop/As%20rer%20nas%20clccenciaturas%20Joana%20Passo%20s.pdf>> Acesso em: 05 de jun. de 2020.

REIS, Nathália Dothling. **O cuidado como potência: entre o público e o privado e as lideranças de mulheres nas Comunidades Remanescentes de Quilombo Aldeia e Toca de Santa Cruz**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2018.

SANTA CATARINA. **Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**, 2019. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/documentos/bncc-sc/8223-versao-web-curriculo-base-da-educacao>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

SANTA CATARINA. **Política de educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7380-caderno-politica-de-educacao-para-as-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana-nead>> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

SANTA CATARINA. **Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**, 2014. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/documentos/ensino-89/proposta-curricular-156/4326-proposta-curricular-final>> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SILVA, Guilherme Araujo. **O silêncio que me toca: efeitos de sentido, silenciamento e constituição do sujeito da toca.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Ciências da Linguagem, 2017, 281 p.

SOUZA, de Odair. **A educação para as relações étnicorraciais no ensino de história:** memórias e experiências de professoras na educação básica. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

VERRANGIA, Douglas Corrêa da Silva. **A educação das relações étnico-raciais no ensino de Ciências:** diálogos possíveis entre Brasil e Estados Unidos São Carlos. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, 2009. Disponível em: <<http://www.processoseducativos.ufscar.br/tese04.pdf>> Acesso em: 10 de jun. de 2019.